

PORTUGAL democrático

NAI NO PRIMEIRO SABADO DE CADA MES

ANO I - N.º 3



São Paulo, 1.º de Setembro de 1956



Cr\$ 2,00

Leia nesta edição:

Grandes Vultos de Portugal - 2.ª pag.; O Patriotismo deles - 3.ª pag.; Dos vendilhões do templo - 3.ª pag.; Unidade pela Democracia - 4.ª pag.; 30 anos de Estado Novo - 5.ª pag.; Notas Internacionais - 5.ª pag.; A viagem do Presidente - 6.ª pag.; Socorro Pereira Gomes - 7.ª pag.; Portugal na Imprensa estrangeira - 8.ª pag.

Mais Prisões em Portugal

No Tribunal Plenario da Boa Hora, em 26 de junho do corrente ano, foram julgados os srs. Fernando Pais Lopes Cipriano, eng. Julio da Conceição Silva Martins, jornalista David de Carvalho, dr. Domingos da Costa Gomes, Mario Vitor Cardoso, Sena Lopes, Salomão Ramos Figueiredo e sra. D. Natalia Henriques Soares David Campos, acusados de exercerem propaganda subversiva, contraria aos interesses das instituições vigentes.

Presidiu a sessão, o desembargador dr. Cardoso Meneses, secundado pelos corregedores-adjuntos drs. Simões de Carvalho e Luconá de Vasconcelos.

Como testemunha arrolada pela defesa, figurava o prof. Ruy Luiz Gomes, conceituado matematico e lider da opposição democratica portuguesa. Chamado a depor, logo após a intervenção da testemunha sr. José Fernandes, passou o prof. Ruy Gomes a ser submetido a interrogatorios, por parte do dr. Avelino Cunhal, patrono do acusado David de Carvalho. Foi então a testemunha interrompida pelo juiz-presidente que a acusou de dirigir ataques pessoais a membros do Governo português. Repeleu o prof. Ruy Gomes a acusação o que teve como consequencia a decisão do juiz em condená-lo a três dias de prisão, por falta de respeito ao Tribunal.

Usou, em seguida, da palavra, o dr. Avelino Cunhal que ditou um requerimento de protesto, em que declarava que a testemunha prof. Ruy Luiz Gomes não tinha saído da matéria de defesa, porquanto a declaração reproduzida constava dos artigos 8 e 9 da contestação e figurava até no «Diário das Sessões».

A audiência foi encerrada pela renuncia coletiva aos seus mandatos, de todos os advogados de defesa, drs. Manuel João Palma Carlos, Avelino Cunhal, Artur Vicente e Luis Salas. Invocaram como motivo que este e outros incidentes cercavam-lhe a necessaria liberdade de defesa. Requereram tambem, que os reus fossem notificados desta ocorrência.

O Tribunal, após reunião para deliberação, aceitou a renuncia dos advogados, e deu aos reus o prazo de cinco dias para constituírem novos defensores.

A audiência foi depois adiada cinco dias, recolhendo o prof. Ruy Luiz Gomes à cadeia do Limoeiro.

Entre as outras testemunhas arroladas pela defesa, contam-se os escritores Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, Antonio José Saraiva, Antonio Sergio, cujas obras, juntamente com a do prof. Ruy Luiz Gomes, fazem parte da celebre exposição «30 Anos de Cultura», promovida pelo governo salazarista.

PRISÃO DOS DIRIGENTES DO M. N. D.

Pouco tempo depois, em 10 de agosto de 1956, a P.I.D.E. (polícia politica) prendia os membros da Comissão Central do MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRATICO: Professor Ruy Luis Gomes Enga Virginia Moura, Dr. José Morgado, Operario Al-

berto Macedo e o destacado democrata arquiteto Lobão Vital. Estes patriotas tinham sido submetidos a um "julgamento", que foi anulado (39-6-55), e estavam em liberdade sob fiança.

Mas a sua conduta firme de intransigentes defensores das liberdades democraticas, que foram roubadas ao povo português pelo golpe militar de 28 de maio de 1926, continua a perturbar o Salazarismo.

Perante o crescimento da luta das forças democraticas e anti-salazaristas e perante a perspectiva de estas se unirem numa Ampla Frente Nacional Anti-salazarista, o governo apressadamente prende estes valerosos democratas, como se o nosso povo deixasse pura e simplesmente de lutar pelos seus direitos.

A prisão destes democratas Conclui na pagina seguinte



Sé da Guarda, um dos mais velhos monumentos de Portugal

30 ANOS DE ESTADO NOVO

«PORTUGAL DEMOCRATICO» objetivando seu desejo de dar expansão a titulos e obras proibidas pela censura salazarista, inicia hoje a publicação do documento que, sob o nome de 30 ANOS DE ESTADO NOVO, a Resistencia Republicana Portuguesa, fez circular secretamente em nossa patria.

Salazar Contra o Sufragio Universal

O Congresso da União Nacional que se realizou em Lisboa, em maio passado, veio trazer à luz do dia, grande numero de problemas. O regime português, insistindo pela congregação dos seus apaniguados, para em conclave privado discutirem os problemas internos e acessoriamente os da nação, veio afinal, provocar um debate que certamente não estava dentro dos seus objetivos.

Assim, vimos nesta reunião delegados de peso, como o professor doutor Marcelo Caetano e o engenheiro Daniel Barbosa — o primeiro que não só tem responsabilidades de governante como representa uma das esperanças do regime quanto à successão do presidente do Conselho e o segundo um dos artifices da estrutura economica do salazarismo — serem forçados a confessar a pouca solidez daquela unidade que, no partido do governo, existe apenas no nome.

Como foi superiormente posto em destaque na moção oposicionista entregue ao presidente da Republica, a chamada União Nacional constitui apenas um amalgama forçado de ideias opostas.

E' este partido, no entanto, o unico que, em Portugal, dispõe de liberdade para tratar os problemas nacionais. Por isso (e só por isso) devem ser cuidadosamente analisadas as questões debatidas no seu Congresso.

A mais importante, e tambem aquela que mais nos choca, nos nossos sentimentos democraticos e patrioticos, é a que diz respeito à forma de sufragio a adotar nas proximas eleições portuguesas.

Em primeiro lugar, não podemos deixar sem reparo a maneira como o problema é conduzido: um assunto de tal porte, é debatido unicamente num Congresso, sem que a opinião publica se possibilite a minima sugestão, a minima interferencia no desenvolver da discussão. Acima de tudo, esta forma de proceder fere os nossos brios de portugueses: temos a certeza de que o nosso povo, apesar dos trinta anos de obscurantismo que lhe foi imposto, ainda é capaz de se interessar por qualquer assunto decisivo, como este, para o seu destino.

Feita esta observação, vejamos qual o amago do problema: a questão eleitoral tem sido sempre um dos pontos-chaves do regime, um óbice que surge periodicamente, com uma fatalidade inexoravel, no caminho do Estado Novo.

Já não estamos, como antes da guerra, num periodo em que o presidente do Conselho podia afirmar abertamente, como fazia em 1936, as suas convicções «anti-parlamentaristas, anti-democraticas, anti-liberais».

Presentemente, a nau de um governo ditatorial requer maior habilidade na pilotagem: os escolhos são maiores e mais frequentes. Um deles, para um regime como o Estado Novo português — consiste na existencia de um organismo internacional como as Nações Unidas. Com efeito, um dos diplomas fundamentais da ONU é a Declaração Universal dos Di-

reitos do Homem que, no seu artigo 21.º, paragrafo c) estabelece:

A vontade do povo é fundamento da autoridade dos poderes publicos; esta vontade deve ser expressa por eleições honestas, a efetuar periodicamente, por sufragio univrsal e com voto secreto, ou seguindo um processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Todas as tentativas realizadas pelo regime de Salazar no sentido de tornear a dificuldade representada por este diploma, apresentando ao mundo um simulacro de eleições, têm servido apenas para demonstrar urbi et orbi a impossibilidade de resolução de um problema que, na verdade, é tão insolúvel como a quadratura do círculo: a realização de eleições livres e vitoriosas por parte do salazarismo.

Posto o problema assim, provada a sua insolubilidade, o governo português é forçado a seguir o caminho de Alexandre perante o nó Gordio: quando o laço não pode desatar-se, o melhor é cortar a corda.

E' essa exatamente a via indicada pelo ultimo Congresso da União Nacional, ao afirmar, na sua primeira resolução que deve tender-se para a eliminação do chamado sufragio direto do cidadão eleitor.

A solução aventada pelo partido unico para substituir o sufragio universal que pretende eliminar, demonstra a fragilidade ideologica dos estrategas do Estado Novo: o voto da União Nacional preconiza a adoção do chamado sufragio organico, isto é a consulta à nação através da organica corporativa.

Conhecido como é universalmente o fracasso estrotrondoso da estrutura corporativa (e dizem universalmente porque antes de falhar em Portugal, o sistema corporativo já demonstrara a sua ineficacia no fascismo italiano) é difícil conceber que se possa, em 1956, lançar sequer tal sugestão. E' esse porem o caminho indicado por Salazar, por intermedio do seu partido unico, para a vida politica nacional.

Que é uma solução de desespero, é evidente: depois de dez anos de vãs tentativas de compromisso com a democracia que tanto lhe repugna, a ditadura portuguesa perde a cabeça e resolve seguir o caminho que o seu coração lhe dita.

Que é uma solução favoravel à democracia portuguesa, tambem não se pode duvidar: repudiando o sufragio universal, unanimemente adotado por todos os países civilizados, o Estado Novo deita abaixo a mascara e apresenta-se ao mundo sob o seu verdadeiro aspecto.

Resta-nos agora, a nós, portugueses democraticas, aproveitar as novas condições que o salazarismo nos oferece. Não as negligencemos um instante sequer: tornemos bem visível aos olhos de todos, a feição cada vez mais acentuadamente ditatorial, do atual regime português.



30 ANOS DE ESTADO NOVO

Leia na 5.ª pagina o documento publicado secretamente em Portugal, pela Resistencia Republicana

A PRIMEIRA HISTÓRIA DA JUSTIÇA



— Um dos compadres pela praia, um a cavalo e outro a pé. O que lá a cavalo viu uma ostra e disse ao compadre: — Além está uma ostra. O compadre que lá a pé, encaminhou-se para a ostra indicada e ficou com ela. — Dê-me a ostra; é minha porque fui eu que a achei — disse o que lá a cavalo. — Não dou a ostra porque é minha; fui eu que a apanhei do chão. Litigaram de palavras por algum tempo e apareceu então um homem de cabelos brancos e dentes postigos. — Por que motivo falam tão alto? — perguntou-lhes o desconhecido de cabelos brancos. Cada um fez a exposição do

assunto, e o homem respondeu, perguntando: — Querem que eu resolva a questão? — Quem é o senhor? — Eu sou a Justiça e este será o meu primeiro julgamento. — Estamos de acordo; resolveva como entender de justiça. Então a Justiça pegou na ostra, abriu-a com a ponta da navalha, comeu o miolo e entregou a cada um dos litigantes uma das duas cascas, dizendo: — Serão sempre assim os meus julgamentos. E assim têm sido sempre: é a Justiça que papa o miolo das questões. (conto popular português recolhido por A. Oliveira)

MAIS PRISÕES...

Conclusão da Página Anterior no pode deixar de filiar-se na inquietação e no desassossego que reinam nas próprias fileiras do salazarismo, cada vez mais impotente para solucionar os problemas nacionais. Ele está completamente enfiado nos interesses estrangeiros e não defende os do povo e do capital nacional não monopolista. O regime político português debate-se em sérias dificuldades, as quais transparecem claramente no último Congresso da União Nacional. A desagregação no seio do salazarismo é um fato que os próprios não escondem: é um numeroso grupo de monárquicos que abandonam o próprio Congresso da U.N., são

algumas das suas vozes a reclamar contra o domínio dos monopólios, contra a censura à imprensa, e proclamam a falência do corporativismo. E para conduzir o barco salazarista, que navega num mar de ilegalidades, o governo só tem como recurso, novas e mais descaradas manobras ilegais: pretendem agora adotar o sufrágio orgânico em substituição do sufrágio universal... Desta solução política e sistemática do problema da representação nacional resultava, assim, naturalmente, a solução do difícil e grosseiro problema do sufrágio liberal. (Dr. Angelo Raposo Marques, Congresso da União Nacional — 1.ª secção — Vida Política). Essa manobra corresponderia a uma maior fascização do sistema. Contra ela se levantam todas as correntes democráticas. É de notar que em nenhum país do mundo se aplica hoje o sufrágio orgânico.

TORTURAS NA PRISÃO

Francisco Miguel, isolado há 3 meses num calabouço infecto das prisões da P.I.D.E., no Porto, encontra-se gravemente doente, com cólicas constantes no fígado e nos intestinos, num estado geral bastante debilitado — com um peso inferior a 40 quilos! FRANCISCO MIGUEL DUARTE tem sido sujeito a frequentes incomunicabilidades, sofrendo há 17 anos as torturas e os espancamentos da P.I.D.E. nas prisões do continente e do Terrafal, há vários anos preso e com a pena cumprida, Francisco Miguel Duarte está a ser assassinado lentamente pela polícia, no Porto.

Outro não é o propósito da polícia política que lhe recusa o direito de ser observado por um médico de confiança, ao mesmo tempo que o priva de corresponder-se com os seus amigos e até com o próprio advogado, corta-lhe as visitas e o direito de receber encomendas.

GRANDES VULTOS DE PORTUGAL

BENTO DE JESUS CARAÇA

Bento de Jesus Caraça foi uma das figuras mais brilhantes da inteligência contemporânea e os seus trabalhos científicos são mundialmente conhecidos.

Professor e matemático de alta estirpe Bento de Jesus Caraça tinha imenso prestígio popular adquirido através de longos anos de Cadeira e militância nas lutas democráticas do povo português. A sua dedicação às causas da democracia, da instrução e cultura popular, foi um traço marcante da sua personalidade de professor, de cientista e de escritor. Empenhou-se profundamente na difusão da cultura e da educação entre o povo, que ele amava, e nas lutas políticas, que visavam o extermínio do fascismo salazarista e a consequente recondução de Portugal a um regime democrático teve sempre papel saliente.

Bento de Jesus Caraça militou no Movimento de Unidade Democrática — organismo que então dirigia a luta legal do povo português contra o fascismo — tendo sido vice-presidente da Comissão Central. Desenvolveu profícua atividade à frente desse organismo democrático e jamais vacilou em repelir as interferências policiais para legalizar o Movimento, cuja ação sempre se situou no mais alto nível de decência, de honestidade e de convicção antifascista.

Por ocasião da Grande-Guerra, Bento de Jesus Caraça sustentou grande movimento de auxílio aos internados nos campos de concentração nazistas, como já o fizera na ajuda aos combatentes republicanos da guerra civil espanhola.

Como represália a toda essa dignificante atividade, as autoridades fascistas de Salazar demitiram-no de seu lugar de Catedrático em outubro de 1946, tendo sido, nessa oportunidade, alvo de grandiosa manifestação que sofreu a mais violenta repressão policial. Por se haverem solidarizado com os professores Bento de Jesus Caraça e Azevedo Gomes este também demitido na mesma ocasião, foram destituídos, em junho de 1947, vinte e dois professores e assistentes universitários, entre os quais figuravam os maiores cientistas de Portugal.

Depois da sua demissão, Bento de Jesus Caraça passou a sofrer toda a sorte de perseguições, que culminaram com a sua prisão em 1946 e 1947. Essas perseguições de que foi vítima, agravaram grandemente o seu já precário estado de saúde e precipitaram a sua morte, que o povo português sentiu intensamente, porque, com ela, desapareceu uma das mais brilhantes e humanas personalidades do nosso tempo.

DADOS BIOGRÁFICOS

Bento de Jesus Caraça nasceu na localidade de Vila Viçosa, a 18 de abril de 1901. De origem modesta, só com a ajuda de amigos conseguiu fazer os estudos secundários, que concluiu no Liceu Pedro Nunes, de Lisboa. Matriculou-se depois, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras onde se formou, com altas classificações, aos vinte e dois anos de idade. Como revelara grande vocação para os estudos de Matemática, foi nomeado, com dezoito anos, para assistente da

cadeira de Álgebra Superior do citado Instituto.

Em 1924 foi nomeado professor auxiliar em 1927 professor extraordinário e em 1929 professor catedrático regendo as cadeiras de Cálculo Infinitesimal, Cálculo das Probabilidades e suas Aplicações, Álgebra Superior e Geometria Analítica.

Foi fundador do Centro de Estudos de Matemática Aplicados à Economia, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, da revista "Gazeta de Matemati-

Foi ainda presidente da Universidade Popular Portuguesa e vice-presidente do Movimento de Unidade Democrática.

Publicou inúmeros trabalhos de matemática em revistas especializadas e escreveu importantes obras didáticas, algumas bem conhecidas no Brasil, como "Conceitos Fundamentais da Matemática". Escreveu e publicou ainda, vários trabalhos literários e pedagógicos de alto valor.

Bento de Jesus Caraça era



ca" e da "Sociedade Portuguesa de Matemática".

Nos Congressos da Associação Luso-Espanhola para o Progresso das Ciências, realizado em 1942 e 1944, respectivamente nas cidades do Porto e de Córdova, foi delegado da Sociedade Portuguesa de Matemática.

casado com a Doutora Cândida Gaspar e deixou um filho com dois anos.

A 25 de junho de 1948 a morte o roubou do convívio com o seu povo, perdendo Portugal e a Causa Democrática, um dos seus mais altos expoentes.

Roberto Nunes

Uma Pequena Notícia da Guiné

Hoje em Portugal, quem denominar "colónias", as possessões portuguesas em África, na Ásia e Oceania, arrisca-se a ser incomodado pela polícia política do Estado Novo. Porque, na sua costureira demagogia, o actual governo português exige que a essas possessões seja dado o nome de "provincias ultramarinas", tentando assim encobrir a mais desenfreada exploração colonial a que estão sujeitas as populações nativas.

Guiné, é uma pequena possessão, situada no Golfo da Guiné, próximo ao Equador. Pouco se sabe em Portugal a respeito das condições de vida da população negra e europeia. Mas, infelizmente para o governo salazarista, existe um organismo internacional denominado U.N.E.S.C.O. que em seu boletim anual de 1955, denunciou para esse pequeno território, a maior porcentagem de analfabetismo de todo o globo: 99%!

Tanto bastaria para desmascarar o paternalismo ofi-

cial para com os novos nativos das colónias. Mas uma outra notícia, esta, enviada diretamente de Bissau por um amigo que aí temos, dá-nos bem a medida da exploração a que são submetidos os negros. Tradicional é o salário baixo a que o trabalhador negro se submete. Imaginem agora os nossos leitores que miseráveis tostões diários, miseráveis tostões e não escudados deveriam perceber os descarregadores da Casa Gouveia, filial da C.U.F., para que se decidissem à greve que durou vários dias.

As autoridades, como não podia deixar de ser, lançaram-se à mais brutal repressão, provocando algumas escaramuças, em que foram feridos diversos negros. Mas, finalmente, os descarregadores alcançaram o salário por ele exigido.

Esta a situação das "provincias ultramarinas" portuguesas.

Joaquim Curles e Silva

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Redação:
Rua Libero Badaró, 561
- 5.º andar, sala 506 -
Fone: 37-4681 - S. Paulo
Diretor-responsável:
Octavio Martins de Moura
EXPEDIENTE:
Dias úteis das 19.30 às 21.30
horas.
Sábados das 14 às 17 horas

Este jornal aceita toda e qualquer colaboração que vise servir o "Portugal Democrático" com verdade e independência. Não dispõe de qualquer subsídio. Sua vida depende dos portugueses que, apesar de emigrados, desejam que em sua pátria vigore um regime verdadeiramente democrático. A forma mais imediata de o ajudar, consiste em subscrever uma assinatura anual no valor de Cr\$ 20,00, ou uma assinatura especial, no valor de Cr\$ 100,00.

N.º avulso: Cr\$ 2,00

Dos Vendilhões do Templo

por DINIZ DA GAMA

1.º
 Há quem ingenuamente julgue que Salazar defende, na questão de Goa, o prestígio português no Oriente, como guardião da glória maior legada por nossos lusíadas. Ignoram, porém, que o mesmo Salazar negociou, há anos, com a Curia Romana, e sem declarar porque preço, a entrega do Padroado Português do Oriente à Propaganda Fide, isto é, aos Jesuítas, apesar do Padroado ser o grande tráfego da nossa esfera secular de negociadores e guerrilheiros em todo o Extremo Oriente. Quem vendeu o Padroado Português no Oriente não pode nunca mais enfeitar-se com as patas de defensor do prestígio português em qualquer parte.

O Padroado Português do Oriente, um direito de Portugal, velho de séculos, mantinha nos séculos do Arcebispo de Goa e por isso sob a jurisdição portuguesa, o governo das Igrejas católicas, na Índia, na China, no Japão, na Malásia, entre, no mundo do Extremo Oriente, superpovoada de humanos e milhões de católicos (só na Índia há 5 milhões). Com ele a influência portuguesa e o poder português, mas a continuidade vinha das escolas parciais na leira oriental onde as grandes potências do século disputam áreas de influência e domínio. Mas dois últimos séculos procurou-se esbulhar Portugal dessa herança sem par, com valor em prestígio e dólares, mas que o governo mo-

narguico dos Braganças, ou o governo da República democrática, a cedezem no todo ou em parte. Salazar entregou o Padroado Português do Oriente à Propaganda Fide, e esta, agora, é o mais encarniçado adversário contra Portugal, na questão de Goa. Ignora-se, no Brasil, que Curia de Roma na prepara Portugal na questão de Goa, e que os Jesuítas nos combatem, ao lado dos 5 milhões de católicos da Índia.

O povo português também ignora que foi esbulhado, por Salazar, de sua coroa de glória usude. A censura à imprensa permitirá a Salazar vender até a alma do povo português para que os seus apatiguados comam por mais um tempo o prato das lentilhas.

2.º
 Quem ler o resumo de doutrina católica que usualmente se chama "A Cartilha", no modo actualmente destinado, em Portugal, às crianças das escolas, especialmente às filhas na "Mocidade Portuguesa", encontra a correção salazarista nos Mandamentos da Lei de Deus. Não se espantem — o livro pode ser comprado em qualquer livraria de Portugal.

Antigamente todos nós aprendíamos assim o primeiro Mandamento:
 — Amar a Deus sobre to-

das as coisas e ao próximo como a nós mesmos.

Ora Salazar mandou cortar ao Mandamento a máxima "ao próximo como a nós mesmos" por considerar esse postulado — que é a essência mesma do cristianismo — como ética subversiva.

"Ao próximo como a nós mesmos" passou, na Cartilha, ao fim da página, irradiado dos Mandamentos, relegado à categoria de resumo dos seus conceitos.

Articamente todos nós aprendíamos assim o quarto Mandamento:

— Honrar pai e mãe.
 Salazar acrescentou a seu modo:

— Honrar pai e mãe e os outros legítimos superiores.

Não encontro nenhuma indicação nos Evangelhos, nem em São Paulo ou São Tomaz de Aquino, ou qualquer teólogo, sobre quem possa considerar como "legítimos superiores" em face dos Mandamentos da Lei de Deus. Será o sargento, em relação ao soldado? O capitão, em relação com o operário? O empregador, em relação com o empregado?

Os Mandamentos da Lei de Deus, em Portugal, foram portanto relegados à posição de regulamento de sociologia política. E já se não queimam hereges...

3.º
 Sabem acaso os luso-brasileiros que não existe, em Portugal, o recurso legal do "mandato de segurança"? Que os portugueses sofrem, sem apelação, todas as violências e arbitrariedades do Executivo?

Sabem acaso os luso-brasileiros que o recurso legal do Habeas Corpus é, em Portugal, tão desprovido de eficiência que se podem folhear, durante anos, as colecções dos jornais portugueses sem encontrar notícias de sua aplicação?

Não me recordo de um único caso em que um preso português recorresse ao Habeas Corpus. Todos os advogados estão cientes da letra morta dessa Lei.

Sabem acaso os luso-brasileiros que a Constituição portuguesa contém as disposições liberais das mais Constituições europeias e americanas — liberdade de pensamento, palavra, opinião, reunião, etc., mas que contém também disposições deste genero: LEIS ESPECIAIS REGULADORAS TAL E TAL... Essas leis especiais anulam, completamente o que foi estipulado anteriormente. Não há em Portugal liberdade de pensamento, religião, reunião, palavra,

opinião, etc. Não há liberdade, há uma ditadura militar.

Sabem acaso os luso-brasileiros porque se mantém o equilíbrio da moeda portuguesa, apesar de desvalorado lux das importações recebidas da Europa e Estados Unidos?

Porque Salazar amealhou cambiais com a venda dos nossos minerais atômicos. Portugal é o País mais rico em urânio dentro da Europa ou, pelo menos, já possui esta riqueza. O nosso urânio, sob o nome de volfrâmio, está sendo vendido a ingleses e americanos, e os enormes e poderosos minérios em que esses aproveitadores do mundo o escavam, para seu próprio uso, são comprados em Portugal com a moeda de volfrâmio.

Começará um dia em que a humanidade, viverá a era atômica e suas maravilhas beneficas mas Portugal, nessa época, já estará roubado até ao amago do seu sub-solo. Urânio vendido contra gasolina, perfumes, "nylons", "whiskys"... Também se bebe muito "whisky" em Portugal.

A censura não permite a mais ligeira referência a exploração de urânio nas minas portuguesas e sua exportação para a Inglaterra e Estados Unidos sob a capa de volfrâmio.

Es alguns elementos de facto que enformam a resistência portuguesa e a oposição a Salazar.

DESPORTOS

FUTEBOL

O resultado do sorteio realizado na Federação Portuguesa de Futebol para o Campeonato Nacional de Futebol da 1.ª Divisão, a começar em 9 de setembro, foi o seguinte:

PRIMEIRO DIA

Porto X Barcelense; Lusitano X Benfica; Sporting X Académica; Belenense X Atlético; Caldas X Oriental; C. U. F. X Vitória Setubal; Covilhã X Torriense.

SEGUNDO DIA

Torriense X Porto; Benfica X Sporting; Oriental X Belenenses; Atlético X Lusitano; Vitória Setubal X Caldas; Barcelense X C. U. F.; Académico X Covilhã.

TERCEIRO DIA

Porto X Académica; Covilhã X Benfica; Lusitano X Sporting; Belenenses X Vitória Setubal; Atlético X Oriental; Caldas X Barcelense; C. U. F. X Torriense.

QUARTO DIA

Benfica X Porto; Sporting X Covilhã; Barcelense X Belenenses; Oriental X Lusitano; Vitória Setubal X Atlético; Académica X C. U. F.; Torriense X Caldas.

QUINTO DIA

Porto X Sporting; C. U. F. X Benfica; Belenenses X Torriense; Oriental X Vitória Setubal; Atlético X Barcelense; Caldas X Académica; Lusitano X Covilhã.

SEXTO DIA

Covilhã X Porto; Benfica X Caldas; Sporting X C. U. F.; Académica X Belenenses; Barcelense X Oriental; Torriense X Atlético; Vitória Setubal X Lusitano.

SETIMO DIA

Lusitano X Porto; Belenenses X Benfica; Caldas X Sporting; Oriental X Torriense; Atlético X Académica; Vitória Setubal X Barcelense; C. U. F. X Covilhã.

OITAVO DIA

Porto X C. U. F.; Benfica X Atlético; Sporting X Belenenses; Académica X Oriental; Barcelense X Lusitano; Torriense X Vitória Setubal; Covilhã X Caldas.

NONO DIA

Caldas X Porto; Oriental X Benfica; Atlético X Sporting; Belenenses X Covilhã; Barcelense X Torriense; Vitória Setubal X Académica; Lusitano X C. U. F.

DECIMO DIA

Porto X Belenenses; Benfica X Vitória Setubal; Sporting X Oriental; Covilhã X Atlético; Académica X Barcelense; C. U. F. X Caldas; Torriense X Lusitano.

DECIMO-PRIMEIRO DIA

Atlético X Porto; Barcelense X Benfica; Vitória Setubal X Sporting; Belenenses X C. U. F.; Oriental X Covilhã; Torriense X Académica; Lusitano X Caldas.

DECIMO-SEGUNDO DIA

Porto X Oriental; Benfica X Torriense; Sporting X Barcelense; Caldas X Belenenses; C. U. F. X Atlético; Lusitano X Académica; Covilhã X Vitória Setubal.

DECIMO-TERCEIRO DIA

Vitória Setubal X Porto; Académica X Benfica; Torriense X Sporting; Belenenses X Lusitano; Oriental X C. U. F.; Atlético X Caldas; Barcelense X Covilhã.

Na segunda volta, os jogos realizar-se-ão nos campos dos clubes indicados em segundo lugar.

—OO—

ATLETISMO

No VII Portugal-Espanha em Atletismo, Portugal conseguiu uma brilhante vitória, destacando-se o corredor de fundo Manuel Faria, que bateu o recorde Iberico dos 5.000 metros.

—OO—

F. C. DO PORTO E O CASO «YUSTRICH»

A direcção do F. C. do Porto resolveu dar publicidade, em comunicado à Imprensa Portuguesa, de que se passou de desagrado com o seu ex-treinador Yustrich, no Brasil e na Venezuela.

O extenso comunicado detalha por metarizadamente onde foram as inconveniências malcriação, falta de desportividade que o ex-treinador deu provas em todo a viagem, e as razões pelas quais a Direcção do F. C. do Porto dispensou os serviços do referido técnico.

O PATRIOTISMO DELES

Pensávamos tarefa e da publicação de um jornal de oposição ao governo lusitano no meio da comunidade portuguesa do Brasil. Ninguém pôde imaginar a como de sacrificios, de más vontades, de animadversões até, que têm de provar todos aqueles que se traçam o dever de alimentar, longe da pátria e dos que mandam nela, a pequenina mas sempre viva chama do ideal democrático.

O português do Brasil, se não de um modo geral, na sua grande maioria, conjuga lamentavelmente o país com o governo. Pensa se lhe dá o regime que este siga. Vermeelho, verde ou amarelo, o essencial é que ele saiba enaltecer aquilo que faz. Enaltecendo-se a si, enaltece logicamente o país. Se há verdade na sua propaganda, melhor para os que lá vivem; se não há, perdos-lhe a mentira pelo que ela contribui para o prestigiar fora da terra. Num ou noutro caso, o que ele não consente e de maneira nenhuma tem a paciência é que outros portugueses, pelo simples facto de discordarem do regime que lá vigora, se atrevam a contestar e a empanar o brilho, falso ou verdadeiro, dessa propaganda. Ele admite facilmente, mesma toda de amigos, fumaça de um bar ou bototegim, que efetivamente existe mistria, opressão, toda a espécie de tirania e arbitrariedade de que a oposição se queira. O que ele não aceita, com o que ele definitivamente não concorda, é que essas coisas se estampem num jornal, que não é só lido por ele, nem por outros portugueses como ele, mas por toda a espécie de estrangeiro que nenhuma necessidade tem de andar ao par de verdades que nos amuchavam...

Já muitas nos têm confessado a situação deprimente em que estão no tempo em que as constantes revoluções e crises de governo doam de Portugal no estrangeiro a

idéia de um país a deriva. Pouco lhes importa que o povo português nesse tempo fosse mais feliz do que é hoje e desfrutasse do direito que hoje lhe negam de reclamar e protestar contra as administrações ineptas ou corruptas. Pelo contrario: estamos em dizer que muito português do Brasil votaria de bom grado pela eterna expressão da liberdade e do bem-estar do povo a que pertence, se essa liberdade e esse bem-estar concorressem de algum modo para reduzir a propaganda oficial que os envidoece... no estrangeiro.

Chamam a isto patriotismo. É possível que seja. Mas é um patriotismo falso, um patriotismo sem raízes na terra nem laços de solidariedade com o povo que nela vive. É um patriotismo que aumenta ou diminui consoante o prestígio pessoal que dele se tira. Não o compreendemos porque se opõe inteiramente ao nosso. O nosso patriotismo entendemo-lo como um sentimento fraternal, um elo de amizade e de família com um povo que tem de comum conosco lingua, historia, tradições, defeitos e virtudes que nos caracterizam e distinguem no meio da grande família humana. Para nós só o povo conta, porque só ele é eterno e só ele dá sentido e expressão a esse conceito de Patria. O que nos orgulha nele não é o conformismo e a submissão com que resignadamente se sujeita às ordens e às leis dos que o governam, mas a altivez, o orgulho e a liberdade com que procure continuar e realizar sua missão na historia. O que nos orgulha nele não é o trabalho do seu governo, a lisura das suas contas, a estabilidade da sua moeda, a ordem policiada em que ele vive; o que nos orgulha nele é o que ele teve e não tem agora, a plena liberdade de afirmar através da obra dos seus poetas e dos seus artistas, dos seus profes-

sores e dos seus operarios, do seus industrialis e dos seus agricultores, de todos, enfim, que constituem o corpo, o sangue, a seiva de uma patria. E que ele viva livre e feliz, senhor da sua vontade e do seu destino.

Nós sabemos, sim, que para a maioria dos homens e, neste caso, para a maioria dos portugueses que aqui vivem, a liberdade deixou de ser uma bandeira suficientemente respeitavel para justificar atitudes a um sistema de governo que a não reconhece nem respeita. Mas o que nós não podemos compreender é que se aceite, se defenda e se aplauda um governo cuja maior condenação se encontra no simples facto de ele recusar toda a critica, todo o reparo, toda a observação que não parte da camarilha que o cerca. O que nós não compreendemos é como se possa acreditar em afirmações que se fazem numa imprensa onde nem sequer houve o rebuço ou a intelligencia de apagar o injurioso estigma que grida no cabedalho de todos os jornais: "VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA". Como pode haver verdade onde a liberdade se nega? O que é a verdade se não o resultado de uma suprema e ultima apuração que se faça de principios, de conceitos, de ideias e factos; através de análise, de discussão e de critica? Como se pode acreditar que seja branco aquilo que nos não deixam analisar e verificar se é preto?

Sempre respeitamos o patriotismo dos outros. O que não podemos respeitar e absolutamente desprezamos é esse falso patriotismo que se alimenta de mentiras douradas e se recusa, pelo rebuço de reconhecer a verdade, a desagravar com o seu protesto a situação deprimente e vexatoria em que vive perante o mundo o povo a que pertence.

Julio SILVESTRE

UNIDADE PELA DEMOCRACIA

A viva repercussão que vem alcançando nos varios setores politicos do pais, a Representação enviada ao sr. presidente da Republica por 50 intelectuais portugueses da opposição, diz bem do quanto as reivindicações de liberdade politica, contidas nesse documento, traduzem um sentir profundo do povo português, a que se não pode recusar uma importancia de relevo no conjunto da presente situação nacional. O jornal "Republica" de Lisboa, por exemplo, diz estar recebendo, "de todos os pontos do pais, inumeras mensagens e telegramas de inteira e absoluta adesão" aos principios proclamados no documento em apreço, vindo, em tais manifestações de apoio, "o mais forte e sincero desejo de unidade" do povo português — "unidade perfeita, diz, unidade de fato" que se concretizará sem duvida na base de um regime republicano-democratico em que sejam "respeitadas as aspirações e as opiniões de todas as correntes do pensamento nacional".

Estamos, em verdade, vivendo dias historicos. E não é mais possível à ditadura salazarista, nos dias que correm, ocultar a real situação do pais ou desvirtuá-la, com sucesso, sob os falsos slogans de sua propaganda tendenciosa. Não estamos mais em 1926 ou na fatidica década de trinta, quando o fascismo vicejava nos seus redutos mais potentes, brotando inspiração e falsos esquemas de governo ao corporativismo do gr. Oliveira Salazar. Há, com efeito, uma distancia enorme a separar-nos daquela epoca, distancia grande não propriamente no tempo decorrido, mas principalmente no que de diverso é o mundo dos nossos dias, na diferença de seus aspectos social e psicologico, com relação àquela epoca. O povo evoluiu progressivamente.

Em tais condições, é evidente que a realidade portuguesa, também ela, evoluiu. O povo português, apesar da nuvem espessa e tenebrosa que vem tentando impedir-lo, já vê claro; e setores cada dia mais amplos tomam consciencia da situação real que são obrigados a enfrentar. Não há cortina de fumo ou linguajar diversionista, por mais denso e colorido que sejam uma e outra, que consigam extinguir no povo português, o seu desejo de liberdade e o seu amor à democracia — franquias que lhe têm sido sistematicamente negadas e que ele sabe só poderá desfrutar conquistando-as através da luta porfirada de todas as forças patrióticas do pais, unidas de fato a bem da Nação.

Não admira, portanto, a onda de mensagens e telegramas que diariamente chegam, numerosas, à redação da "Republica" em apoio dos termos da Moção apresentada, e que este jornal interpreta, com razão, como claro indice da maturidade das condições nacionais para uma unidade perfeita de todas as correntes democraticas e progressivas do pensamento nacional. A realidade portuguesa clama por esta Unidade. Não é mais possível, ao povo português, viver dentro dos estreitos limites, economicos e culturais, que a ditadura lhe impõe. A falencia do "Estado Novo" é por demais patente em todos os setores da vida publica do pais e os problemas de cuja solução depende a prosperidade do povo não podem, por sua magnitude, ser resolvidos pela ditadura, pois eles trans-

cendem dos esquemas abstratos em que esta os situa. As soluções particularistas e demagogicas podem aproveitar a meia duzia de apaniguados do governo, nunca ao povo em si.

Disse, certa vez, em discurso, o sr. Oliveira Salazar "que não se pode governar contra a vontade persistente de um povo". Isto foi nos primordios do seu governo e a frase evidenciava claro espirito demagogico, na tentativa de justificar os meios ilicitos pelos quais a ditadura por ele comandada ia subjugando e subvertendo os mais caros valores da Nação portuguesa. Pois bem: Apesar do seu espirito habitualmente fechado à evolução da realidade portuguesa, o sr. Oliveira Salazar deve ter chegado à conclusão, através dos três decenios de seu reinado ditatorial, de que aquela frase se revelou inteiramente exata no que se refere ao povo português, e que não há outra saída para a grave situação do pais senão a que deverá começar pela renuncia do atual governo, que o povo em absoluto não aceita.

Esta, pois, a verdade iniludível que ninguém ousará, com legitimidade, tentar desvirtuar: A ditadura salazarista não pode prosseguir governando o pais, pois a isso se opõe a vontade persistente do povo português. A divisão é nitida entre uma e outra — entre o povo português e a ditadura que o oprime: São dois polos que se combatem, são dois extremos que se excluem mutuamente. Não há acordo possível com o passado, quando este persiste em querer sustar a dinamica do presente, em cujo labor tomam forma os contornos do futuro.

Só um governo de direito, republicano e representativo, democraticamente escolhido pelo povo português em eleições livres e honestas, pode, na verdade conseguir a pacificação nacional, reunindo em torno de si, numa colaboração espontanea e patriótica para a realização das prementes tarefas de que depende o progresso material e cultural da Nação, todas as correntes do pensamento nacional, sem discriminações e sem exclusivismos. Governo legitimo que permita a pluralidade de partidos politicos, as liberdades de expressão e de reunião, e que não necessite de nenhuma "Comissão de Censura" para fazer calar as opiniões contrárias e abafar as criticas dos seus atos, ou que se apoie na força da espada para neutralizar os adversarios e conseguir manter-se no poder. Governo consentido, governo eleito, governo do povo — e não governo imposto, governa ditatorial, governo de tribo.

Mas, como dizíamos, só a união de todas as forças vivas do pais, só a luta ativa e persistente de todos os patriotas — por sobre as diferenças de opinião ou de crença que, em detalhe, possam distingui-los — só a sua Unidade transformada em força atuante, pode criar as premissas necessarias a que Portugal recobre a Liberdade, e seu povo possa, então, escolher o sistema de governo a que faz jus. E a principal destas premissas é a renuncia obrigatória da ditadura salazarista, espuria e antinacional — longa e tenebrosa noite de trinta anos — para dar lugar a uma nova aurora que já desponta, irradiante de esperança, nos horizontes da vida do povo português.

A. Tavares dos Santos

LUTAS DO POVO PORTUGUÊS

Talvez o leitor estranhe que se enquadre nesta rubrica, o relato duma festa de que participaram cerca de 700 jovens democratas portugueses. E' natural o seu reparo, habituado como está à liberdade de imprensa e de reunião. Somente quem viveu sob uma das antigas e violentas ditaduras como a de Salazar, pode entender o heroismo contido na realização do I Festival dos Jovens Portugueses, realizado quase clandestinamente, a 15 de maio de 1955, na margem esquerda do Tejo, frente a Lisboa.

Esta, caros leitores, a situação comvente da juventude portuguesa: a luta pela alegria, está também sujeita a repressão.

Passamos agora a transcrever o relato de uma moça que participou do I Festival dos Jovens Portugueses:

"O dia 15 amanheceu brusco e eu confesso que me sentia preocupada. O I Festival Nacional era uma data memoravel, não podia a chuva vir estragar tudo. Sai de casa, confesso, com uma sensação de ansiedade. Ali, no Terreiro do Paço, ao tomar o barco, comeci a descobrir caras conhecidas. Naquele barco que partia ia um grupo juvenil e barulhento. Iam moças e jovens, estudantes e trabalhadores. Uns mais atrasados, tiveram que ficar para o outro barco, e com que pena! Faziam-se sinais de adeus de um lado para o outro. E creio que todos sentiamos o mesmo: aquele dia ia ser memoravel.

E MAIS A FRENTE
"O sitio era bonito a valer, e o acesso foi bem preparado. Muito bem trabalharam os que foram acampar na vespera. Aqui, tinham tirado as silvas, naquela ladeira mais íngreme fizeram degraus e depois, pregadas às arvores, grandes e bem à vista, setas indicavam-nos o caminho no meio do pinhal. Eis o local! Logo à entrada, um grande cartaz saudando os visitantes. Mais alem, um outro, com o busto de dois jovens, dizia: I Festival Nacional da Juventude. Noutro, os jovens de Almada saudavam a juventude portuguesa. Grandes e vistosos programas pregados nas arvores indicavam como passaríamos o dia.

A JOVEM PORTUGUESA PASSA EM SEGUIDA AO RELATO DOS JOGOS E DIVERTIMENTOS

Agora eram os jogos. Não era preciso olhar para o programa para o saber. A animação, as risadas alegres que vinham do lado esquerdo bem o indicavam. Uma equipe de rapazes e uma de raparigas também se defrontaram. Ao lado, realizavam-se mais jogos. E houve jogos tão engraçados! A corrida dos sacos foi das mais animadas. Entraram mais de 20 pessoas, que fizeram rir toda a gente. Foi um jovem engenheiro de Lisboa que ganhou. Mas houve ainda muitos mais jogos: o dos rebuçados, das agulhas, das bilhas, dos ovos. Enfim, foi um não mais acabar de risota e brincadeira. Era contagiante a alegria, a animação do festival. A palavra AMIGO ouvia-se por todos os lados, e ela queria dizer IRMÃO. Estudantes, operarios, camponeses, confraternizavam. Ha-

via moços camponeses do Alentejo, e uma camponesa da Beira tinha vindo propositadamente. Mas não se viam só jovens, mas homens e mulheres de todas as idades. Entre eles, alguns avozinhos que olhavam aquela juventude com carinho. Também não faltou a participação de algumas individualidades. O dr. Antonio Sergio, esteve durante toda a manhã, e visitou todo o recinto. O realizador Manuel Guimarães e a actriz Maria Olgulim também compareceram, e ainda escritores, poetas e jornalistas. Mas, uma grande



José Prudencio, um dos organizadores do I Festival dos Jovens Portugueses, motivo que o levou à prisão em 31 de junho de 1955

surpresa nos esperava ainda: estava ali um jurista francês. Partia nessa tarde para a França. Mas, ao saber do nosso Festival quisera participar também. Que grande grupo o rodeava! Mostraram-lhe todo o recinto, os jogos... Enfim, viu como a juventude portuguesa confraternizava. E era um nunca mais acabar de perguntas e respostas. Falamos-lhe dos problemas dos camponeses, dos operarios, dos estudantes, da nossa luta firme e decidida, do grande desejo de paz e amizade. Ele falou-nos de França e dos moços franceses. O grupo à sua volta ia engrossando cada vez mais. Quisemos que ele levasse uma recordação da juventude portuguesa. Os presos (politicos) de Caxias tinham oferecido ao Festival um saço feito por eles, e foi a melhor recordação que nós achamos que poderíamos dar. Depois comecemos a cantar. Folhas de canções trazendo também o programa e explicando o significado do Festival, foram logo distribuidas aos montes. Havia desafinações, mas com que entusiasmo se cantou. O jurista francês ouvia-nos com atenção. Também ele tinha uma das folhas e lam-lhe

traduzindo a letra das canções.

Uma moça pregou-lhe na lapela o emblema do Festival. Era o I Festival Nacional. Não podia deixar de haver uma emblema. Com que alegria o tinhamos pregado no peito. Era um papel simples e pequeno. Tinha a figura de dois jovens e dizia apenas: Festival da Juventude. Mas para nós representava tanto!

E ficaram gravadas em todos nós as palavras com que o francês nos agradeceu a homenagem que lhe prestamos. Comparava a juventude portuguesa à francesa durante a ocupação nazí. Apesar da dura repressão existente no nosso pais, a nossa luta era firme e aquele Festival era uma grande victoria.

Que era necessario juntar toda a gente! gritou-se. Fazer uma mesa comunal! Logo isso passou entre os cachos de pessoas. O grupo das canções percorreu o recinto cantando

e convidando para o almoço. Havia gente por todos os cantos. Era difícil juntar todos. Mas quando os vi todos aconchegados, convenci-me que o nosso festival era de facto grande. Todos sentados no chão, com comida por todos os lados, e oferecida a todas as mãos.

E assim foi pelo dia fora, e I Festival da Juventude Portuguesa. Ao sabermos que, há somente três anos, um moço foi preso por seis meses, por depor um ramo de flores no dia 11 de novembro (data do armistício) no monumento aos mortos da I Grande Guerra; ao sabermos os espancamentos que sofreram os alunos da Faculdade de Medicina, de Lisboa, ao tentarem realizar uma assembleia geral de estudantes; ao sabermos a perigosa clandestinidade com que a policia politica rotula as actividades daqueles que lutam pelos interesses gerais da sociedade; e ao sabermos ainda deste I Festival, realizado apesar das ameaças de repressão, temos a alegria e certeza de saber que os jovens da nossa Patria, nascidos sob a mais cruel das ditaduras, não desistem da reivindicar para seu destino, essa liberdade que conhecem apenas por tradição.

ARMANDO SERRA

UM LIVRO QUE TODOS DEVEM LER

FATIMA

«Historia de um Grande Embuste»
De TOMAZ DA FONSECA
LIVRARIA CULTURA NACIONAL LTDA.
Rua Quintino Bocaiuva, 71 - 11.º andar
Sala 1.101 — Fone 32-1223

30 ANOS DE ESTADO NOVO

«Tudo se resumirá em saber se de facto... a Nação se elevou moral e materialmente, isto é, se progrediu e se nobilitou».

«A mim ser-me-ia particularmente doloroso verificar ter contribuído, embora na defesa de interesses igualmente sagrados, para um eclipse — ainda que passageiro — da inteligência portuguesa».

Salazar — Discurso na posse das Comissões dirigentes da União Nacional, em 19 de Janeiro de 1956.

Em maio deste ano, a União Nacional propõe-se comemorar, com festejos que se anunciam de grande pompa e significado, as três décadas de regime ditatorial, imposto pelo golpe militar de 28 de maio de 1926 que subverteu a República democrática. Salazar, no seu discurso de 19 de Janeiro, apelou no sentido de que a obra do regime fosse largamente apreciada, dizendo que "há que responder perante a Nação ou perante a história pelo que se fez e pelo que não se fez e podia ou devia ter feito".

O tom pretensioso, mas algo desiludido, do discurso do ditador, mostra-nos que estamos bem longe daqueles dias em que ele proclamava: "Nós poderíamos não estar criando — e estamos — a sociedade do futuro, a antecipar-nos e a prevenir as convulsões de que usam irromper os novos ciclos da história do mundo; nós poderíamos não estar senão atendendo às mais instantes necessidades do momento e do nosso País, e ainda se importaria como acertado o caminho que trilhamos".

(Discurso aos trabalhadores, no Terreiro do Paço, 27-2-1939)

O construtor da "sociedade do futuro" sente-se próximo do dia em que terá que prestar contas ao povo português, ainda mesmo antes de o fazer à História, "pelo que se fez e pelo que não se fez e podia ou devia ter sido feito". Este documento constitui a primeira redação da nota de culpa do processo em que Salazar terá que responder perante a Nação Portuguesa, a Moral Pública e a História.

CONTADOS A FAVOR OS VOTOS DOS ABSTENCIONISTAS

São trinta anos de opressão e tirania, de abuso do poder, durante os quais os portugueses se viram privados de todos os direitos políticos e garantias cívicas. O regime foi instaurado por um golpe militar, e desde então nunca se realizaram eleições dignas deste nome. Não houve liberdade de apresentação de candidatos, nem liberdade de propaganda, nem censoamento honesto, nem fiscalização do acto eleitoral. A Constituição política que rege o País desde 1933 — data em que a ditadura militar se substituiu o partido único — foi elaborada, não por uma Assembleia Constituinte, mas pelo Governo, sem a participação da opinião, nem dos partidos políticos, previamente postos fora da lei, "e votada", por um plebiscito decerto único na História, no qual foram contados a favor os votos dos abstencionistas.

A CENSURA

Durante estas três décadas, salvo em raros e curtos pe-

riodos de propaganda eleitoral, em que a oposição gozou das chamadas "liberdades suficientes", Portugal tem estado sujeito a um rigoroso regime de censura a todas as formas de expressão de pensamento — censura previa à imprensa e ao livro, à radio, ao teatro e ao cinema, violação das comunicações telefónicas e da correspondência. A Comissão de Censura, composta por oficiais do Exército, que exerce a sua acção desde os primeiros dias da ditadura militar, foi regulamentada pelo decreto-lei 22.469, de ... 11-4-1933, e só era, até então, responsável perante o ministro do Interior. Hoje é um organismo integrado na Presidência do Conselho.

PARTIDO UNICO E LIBERDADES CERCEADAS

Suprimidas as organizações políticas, só existe o partido governamental, a "União Nacional", criada por decreto — presidida pelo próprio Salazar — e cujos dirigentes mais importantes são, na sua maioria, nomeados pelo ditador. Gozam também de liberdade certas agremiações monárquicas de ideologia fascista, e o pretendente ao trono desfruta privilégios de que os seus ascendentes absolutistas tinham sido privados, não pela República, em 1910, mas pela Convenção de Évora-Monte, em 1834, quando da vitória do constitucionalismo, no termo da guerra civil. Faz-se este comentário não contra as liberdades de que gozam os monárquicos, mas contra o facto delas não serem atribuídas aos republicanos.

Não há liberdade de associação nem de reunião. Só é possível reunir mediante autorização previa dos governadores civis. O Decreto-lei ... 39.689, de 20-5-54, regulamentou o direito de associação por forma a tornar impossível o seu exercício, visto que os Governadores civis podem, discricionariamente, não aprovar os estatutos de qualquer associação ou não permitir qualquer reunião. A organização e a vida de todas as as-

sociações — mesmo as culturais, recreativas e desportivas — dependem da aprovação e fiscalização governamentais. Nenhum dirigente pode exercer o seu cargo, inclusive nas sociedades recreativas, associações desportivas e académicas, sem ter recebido a sanção oficial, que é frequentemente recusada àqueles que não são partidários do regime, transformando-se assim de simples formalidade em instrumento de acção política.

Todas as manifestações coletivas e movimentos de opinião pública que não sejam de apoio ao governo, ainda que espontâneos e ordeiros, são violentamente reprimidos. Assim sucedeu com a Maçonaria, o Movimento de Unidade Democrática, os movimentos de apoio às candidaturas presidenciais e eleições para deputados, a Associação Portuguesa Feminina para a Paz, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, ou não consentidas como a Liga Cívica, as Organizações da Juventude Democrática, a Causa Republicana, o PEN Clube, a Associação dos Escritores, o Centro Eleitoral do Porto, como ainda certos agrupamentos de estudos e investigação científica.

A GREVE: UM CRIME

A greve é considerada um crime. Nas grandes greves operárias de 1942, 43, 44 e 47, os trabalhadores foram presos em massa, espancados e torturados, alguns deportados para o Campo de Concentração de Tarrafal. O Governo mobilizou fábricas, exerceu repressões sobre os industriais e diretores técnicos suspeitos de benevolência e proibiu a readmissão dos grevistas, que foram assim condenados, com as suas famílias, à miséria. Nos constantes conflitos de trabalho, nos centros industriais, e nas reclamações dos trabalhadores rurais, principalmente no Ribatejo e no Alentejo, o Governo interveio violentamente, a polícia age com brutalidade, a censura impede qualquer divulgação dos acontecimentos.

OS PORTUGUESES DEMOCRATICOS E O SETE DE SETEMBRO

Vivendo no Brasil, que tão acolhedoramente nos recebeu e que no seu seio nos tem permitido resolver, a uns as dificuldades económicas, a outros as ideológicas, não podemos deixar passar sem referência a data nacional brasileira do 7 de Setembro.

Neste dia, há 134 anos, o Brasil ascendeu à independência. Cerolário inevitável da maturidade do país, a independência brasileira foi conseguida de forma excepcionalmente pacífica e, podemos mesmo afirmar, familiar. O choque natural de um povo que se rebelava contra a sujeição foi, no caso do Brasil reduzido ao mínimo.

Julgamos poder dizer que a maneira como se verificou o acesso à independência do Brasil, deve ser apontada como exemplo a muitos estados modernos. Com efeito, os conflitos do nosso tempo, entre países tutelados e aqueles que os dominam, não mostram muitos casos de solução tão feliz e tão harmoniosa.

A independência do Brasil constitui o ponto final de um caminho de separação dos seus interesses económicos, que evoluíram a pouco e pouco, afastando-se dos portugueses e tendendo para a autonomia. Esta separação sem choques

foi facilitada pela vinda para o Brasil, em 1808, da família real portuguesa, cuja presença constituiu um estímulo aos legítimos anseios da independência brasileira.

As circunstâncias históricas em que se encontrava o Brasil em 1822 eram portanto as seguintes: o país atingira um desenvolvimento económico incompatível com a situação de colónia e por outro lado, adquirira uma consciência de nação livre, reforçada durante mais de uma década pelo funcionamento, no Rio de Janeiro, da sede da nacionalidade lusitana.

Estes fatores explicam e condicionam a passagem quase automática à independência.

Para nós, portugueses democráticos, o 7 de Setembro tem, porém, ainda outro significado. A independência do Brasil, ligada de perto às lutas constitucionalistas, veio afinal dar maior força às hostes liberais portuguesas que, no século passado, representavam a guarda avançada do progresso do nosso país.

Assim, é com o maior regozijo que festejamos esta data, duplamente grata aos nossos corações de portugueses residentes no Brasil e de cidadãos conscientes da evolução da ideia democrática no nosso país.

NOTAS INTERNACIONAIS

A "crise" do Canal de Suez, que a princípio suscitou em muitos círculos as mais graves apreensões — por verem nela o estopim para uma nova conflagração internacional — encaminha-se agora para o terreno sério das negociações, através das quais as partes em litígio deverão encontrar a fórmula capaz de resolver, pacificamente, as divergências existentes.

A conferência de Londres, convocada que foi com evidente precipitação, não produziu, como era de esperar-se, os resultados que a Inglaterra e a França, principais interessados no problema, tinham em mira. Ao contrário, se de um lado a conferência assinalou em si o encaminhamento da questão para o campo das negociações, por outro revelou a ausência de apoio, por parte mesmo dos seus aliados ocidentais, para uma acção de carácter militar, preconizada pelos governos daqueles dois países.

Se na esfera internacional essa tendência se manifesta claramente, no campo interno o governo inglês defronta-se, igualmente, com a poderosa oposição trabalhista, que repele quaisquer medidas no sentido de conseguir, pela força, a internacionalização do Canal. O sr. Hugh Gaitskell, líder do Labor Party, tem firmado seguidamente essa posição e em recente artigo publicado pelo "Reynolds News" escreve: "A conferência de Londres fez compreender claramente aos governos britânico e francês que sua ideia de dispor pela força de um controle internacional sobre o Canal por ninguém é apoiada, nem mesmo pelas nações da Europa Ocidental. A conferência produziu um claro resfriamento a esse respeito".

Diante da evolução dos acontecimentos, em torno da crise suscitada pela nacionalização da Companhia do Canal de Suez, é de admitir-se que os direitos Eripelos não poderão deixar de ser reconhecidos, como também a liberdade de navegação pelo estratégico via terá que ser assegurada. E uma vez conciliados esses direitos legítimos, a situação internacional, agravada pelo problema de Suez, voltará a uma fase de calma, tão necessária ao progresso e à felicidade dos povos.

PEDRO RAMOS

NÓS E O CINCO DE OUTUBRO

O terceiro número de PORTUGAL DEMOCRATICO cumprindo o destino inscrito no seu cabeçalho surge pontualmente nas bancas no primeiro sábado de Setembro. O nosso próximo número, porém, por ser dedicado ao Cinco de Outubro data gloriosa da proclamação da República Portuguesa, aparecerá precisamente nesse dia.

Faremos todos os esforços para que esse número surja consideravelmente melhorado, tanto no aspecto gráfico, como no da colaboração e número de páginas. Cremos ser inútil chamar a atenção dos nossos leitores para o sacrifício que representa tal publicação para um jornal como o nosso que, repetimo-lo com orgulho, não dispõe de qualquer subsídio.

A recepção do jornal entre os portugueses democráticos do Brasil tem sido extremamente animadora. E preciso contudo que ela se concretize para que a nossa iniciativa perdure. A maneira mais prática de nos ajudar consiste em enviar-nos listas de assinaturas, assim como indicação de pessoas eventualmente interessadas a quem possamos mandar o nosso jornal.

URANIO, PROBLEMA NACIONAL NUMERO UM

Dado seu extraordinário interesse, apresentamos aos leitores de PORTUGAL DEMOCRATICO, um pequeno artigo publicado no n.º 140 da revista de cultura e arte, "Vertice", editada em Coimbra

"A descoberta da energia nuclear pode vir a inaugurar na história de Portugal uma viragem muito mais decisiva e considerável do que aquela que resultou da descoberta da Índia no final do século XV.

É sabido que uma das razões principais (embora não a única) do atraso industrial do nosso país, desde a revolução industrial, foi a falta de fontes de energia.

Orá a matéria prima para a energia nuclear, o Urânio, encontra-se abundantemente no território continental português. Na Europa ocidental nenhuma outra nação possui jazigos de importância comparável aos nossos. A energia que estes jazigos permitem pôr em acção é maior, incomparavelmente, do que toda aquela que as minas inglesas de carvão permitiram pôr ao serviço do prodigioso desenvolvimento industrial da Inglaterra no século XIX.

Neste momento em que se encontram já em funcionamento centrais eléctricas accionadas pela energia nuclear, Portugal tem uma oportunidade única para se colocar na vanguarda da nova era industrial e esperar um futuro de prosperidade nunca antes sonhado.

A luz deste facto sem precedente histórico os proble-

mas nacionais têm de ser revistos sob uma perspectiva inteiramente nova e com a ajuda indispensável a quem se encontra na frente de um continente novo.

Sabemos bem que não basta a existência do Urânio para que os problemas se resolvam por si. Para que o Urânio seja efetivamente colocado ao serviço da comunidade nacional varios problemas prévios têm de ser resolvidos. Há o problema da criação de um corpo de técnicos e cientistas que não estejam apenas ao par das aquisições mais recentes, mas façam investigação original. Há o problema do capital necessário para o investimento; o do regime jurídico das minas; o das implicações no plano mundial em que a energia atómica está hoje colocada (Agência Internacional de Energia Atómica, em estudo na ONU, comércio mundial do minério, etc.).

Mas o facto importante e decisivo, a que nenhum português pode ficar alheio, a oportunidade única, é existir no território continental português Urânio em quantidade que podem fazer de Portugal uma das grandes potências atómicas do Mundo.

Este facto deve tornar-se o ponto de partida para qualquer apreciação e equação que se faça de todos os problemas nacionais de qualquer natureza que sejam: económicos, técnicos, políticos, sociais, culturais ou pedagógicos. Enfrentamos um destino novo na História, assim sabemos estar à altura dele.



A Aproximação Com o Povo - Dever dos Nossos Intelectuais

DR. ANTONIO JOSÉ SARAIVA

Iniciado por um jornalista de "República" a pronunciar-se sobre os problemas atuais da cultura portuguesa, o dr. Antonio José Saraiva, autor da monumental "Historia de Cultura em Portugal" e de outras obras de relevo, prestou na altura as seguintes declarações:

— Não é possível falar da nossa cultura atual, respondendo de pronto, sem pôr, antes de tudo, uma questão: a censura previa à imprensa.

— Mas não lhe parece que a discussão deste assunto depende da própria censura?

— No plano do Direito não depende, embora reconheça que possa depender do plano de facto.

— Como assim?

— A Censura existe, esclarece o dr. Antonio José Saraiva, em virtude de uma lei ou de qualquer norma legislativa. Todas as leis estão sujeitas a discussão pública, independentemente da sua execução. Sem isso não se conceberia que as leis fossem interpretadas, modificadas ou revogadas. Ora é evidente que a lei que instituiu a Censura não escapa a esta regra, e, por isso, no plano do Direito, não é possível impedir a sua discussão. Se a Comissão de Censura impedisse a discussão da Lei da Censura, colocar-se-ia, automaticamente, acima da lei que a institui, o que é um absurdo. Absurdo é pouco seria uma inversão de todos os valores constitucionais.

— Mas não pensa que essa discussão poderia ser impossibilitada pelos próprios órgãos de que a Censura depende?

— Não vejo como — responde-nos — porquanto até a Lei Constitucional do regime está em discussão, e muito justamente, a meu ver, quando se discutem as vantagens da República ou da Monarquia. A Constituição estatui que a opinião pública é um órgão fundamental de Governo. Há uma opinião pública sobre a Censura. Em nome de que impedir a sua manifestação?

— Mas na discussão dos últimos anos da nossa cultura, que estamos tratando, ter-se-á de pôr como questão previa o problema da Censura?

— Não vejo como evitar essa discussão previa. A existência da Comissão de Censura e as suas consequências, são, a meu ver, o fenómeno mais importante dos últimos trinta anos sob o aspecto cultural. Tanto assim é, que no pensamento do sr. dr. Oliveira Salazar a exposição intitulada "30 Anos de Cultura", tem como objetivo demonstrar que a Censura "necessária" não empanou o brilho da Cultura Portuguesa, durante o período em questão. O problema da Censura está, portanto, na ordem do dia e seja-me permitido lembrar um artigo de fundo de "O Seculo", de comentário ao discurso do sr. dr. Oliveira Salazar, em que se constata o caráter "necessário" da mesma Censura. O problema da Censura, reputo, está na ordem do dia, está na consciência de todos.

— Mas parece-lhe possível exemplificar as consequências da Censura?

— É difícil exemplificar com uma coisa que não existe. Os efeitos da Censura consistem fundamentalmente nas ausências, nas omissões, nas inexistências. É um efeito passivo. Por isso mesmo é impossível demonstrar a sua inocuidade com uma exposição onde aparece naturalmente apenas aquilo que apareceu e onde não pode aparecer aquilo que foi impedido de aparecer. Em resumo: num ba-

lanço bem feito e indispensável contabilizar não só o ativo como também o passivo. Neste caso apenas se contabilizou o ativo.

— Mas, apesar de tudo, não se publicou muita coisa nestes últimos trinta anos?

— Respondo com outra pergunta: mas o Mundo esteve parado? A consciência liberou-se? Não se esqueça que estes últimos trinta anos são dos momentos históricos mais decisivos da Historia da Humanidade e é impossível esquecer totalmente a intelligencia portuguesa da intelligencia do resto do Mundo. Por isso assistimos ao paradoxo de se terem escrito, nestes últimos trinta anos algumas das obras mais progressivas da nossa historia literaria como, para citar um exemplo que tem, a meu ver, uma grande importancia historica, as obras de Ferreira de Castro. Há-de ser notado um dia o contraste impressionante entre a mentalidade de uma elite mais progressiva, actualmente existente no nosso país, e a que se revela em toda uma literatura mais ou menos fomentada de compendios escolares, livros para crianças, artigos de fundo dos jornais e livros para premios escolares. Este contraste encontra um paralelo flagrante na nossa Historia, na primeira metade do século XVII, a época que produziu, simultaneamente, o Mosteiro de Matra e o Aquecudo das Aguas Livres; essa época em que, na Corte de D. João V, os espiritos mais cultos e abertos, como Alexandre de Gusmão e D. Luis da Cunha, existiam a par das sobrevivencias fradesas e inquisitoriais,

anacrônicas, mas terrivelmente, tragicamente poderosas. A nossa época é uma época de contrastes, de choques violentos de mentalidades, em que um país que tem na sua terra a energia do futuro — urânio — tem também uma estrutura agraria anacrônica e a mentalidade dela decorrente.

— Poderia dar exemplos?

— Olhe à sua volta e veja — diz-nos o dr. Antonio José Saraiva. — Para que? Mas sempre quero lembrar um fenómeno que me impressiona profundamente. Refere-se a um dos aspectos mais importantes da cultura colectiva: — a religião.

— A religião?

— Sim, o nível religioso do povo é um dos indices mais significativos da sua cultura. Pessoalmente, fui educado catolicamente, numa religião em que era fundamental a distinção entre religião e superstição, em que a base de todo o ensino religioso era a palavra do Evangelho e em que certas pequenas devoções se consideravam coisas secundarias ou até inconvenientes, para uma verdadeira religiosidade. Hoje assisto ao desenvolvimento de manifestações gregarias, de devoções que me ensinaram a chamar supersticiosas, ao culto das exterioridades, a manifestações de que está ausente a verdadeira interioridade religiosa. Concluo que o verdadeiro espirito religioso baixou de nível, entre a época em que me eduei e aquela que hoje vivo, isto é, nos últimos trinta anos.

— E quais lhe pareceu ser os rumos, tendencias e perspectivas mais marcantes da nossa cultura nestes últimos anos?

— So posso responder a isso afirmando a minha confiança no futuro. Estou convencido de que, apesar de tudo, os escritores se aproximaram mais do povo. Já passou a época em que os escritores eram doutores. O caso de um Redol, de um Ferreira de Castro, de um Leão Penado, para não falar dos mortos, como Socorro Pereira Gomes, e de tantos outros vivos, é profundamente novo na nossa historia literaria. São escritores que conhecem o povo e põem directamente os seus problemas. Nesta aliança já esboçada entre os escritores e o povo, que estou certo se enraizará cada vez mais, está, a meu ver, uma grande esperança para o futuro da nossa cultura.

O dr. Antonio José Saraiva fizera esta afirmação com uma esperança na vez e no olhar. Deixou depois cair o silencio, involuntariamente, até que nós lhe voltamos a perguntar:

— A respeito da nossa tradição cultural, pensa que ela constitui um elemento de real valia para as nossas gerações atuais?

— A meu ver — responde-nos — a nossa tradição cultural tem sido desvalorizada e reduzida a proporções ridiculas, por certas forças que condicionaram poderosamente a nossa cultura, desde meados do século

XVI. Mataram a alma de um Gil Vicente, de um Fernão Lopes, de um João de Barros, de um Fernão Mendes Pinto, e Antonio José da Silva não foi só queimado em alma, mas também em corpo. A nossa tradição cultural está por descobrir. Pela minha parte julgo que ela é infinitamente mais rica do que a têm feito os compendios escolares. Como todas as grandes tradições, é uma tradição inconformista, crítica, portadora de futuro. Infelizmente, nos últimos anos nada se tem contribuído, salvo o trabalho individual de um ou outro investigador, para restituir essa tradição à sua verdadeira grandezza, antes se tem contribuído para perpetuar certos lugares comuns... para menores — de 13 anos.

— E a respeito dos numerosos problemas e dificuldades que se levantam hoje aos nossos intelectuais, como lhe parece que devam ser resolvidos?

— É muito difícil responder a essa pergunta, até porque ela implica factores que não são especificamente culturais. Mas há uma coisa que me parece evidente. É que toda a esperança dos intelectuais se isolarem na tá no nosso povo. Esta frase não diz nada, mas também diz tudo. Na medida em que os nossos intelectuais se isolarem na "torre de marfim" perderão toda a sua força, toda a sua esperança, todo o seu motivo para criar e toda a sua autonomia. Seria longo desenvolver este ponto de vista e conto com a ajuda do leitor para prosseguir as reflexões que ele implica. Mas quero frisar a minha convicção de que o nosso povo, uma vez dadas condições favoráveis, encontra-se em estado de sustentar, apoiar, estimular e abrir horizontes aos seus verdadeiros dirigentes intelectuais. O que se impõe aos nossos intelectuais é: primeiro, aproximarem-se do povo; segundo, aproximarem-se do povo; e, terceiro, aproximarem-se do povo.

E assim nos despedimos do dr. Antonio José Saraiva, com um aperto de mão e um "até á vista" breve.

POESIA...

(Conclusão da pag. seguinte) Jos de Oliveira, e que ninguém, no fundo, ama mais do que nós.

Não, a poesia não morrerá. Deixemos, acima de tudo que os novos poetas, os jovens que nasceram para o mundo e para o sol (e para a lua, porque não?), cantem livremente. Incitemos-os a publicar livros e a fundar revistas, sem peias, para a esquerda e para a direita, mesmo que nos incomodem. Direi até: "principalmente" que nos incomodem.

Poesia, é escândalo. E a sua musa é a liberdade!

Adelino Simões

A Viagem do Presidente

Os meses de julho e agosto do corrente ano, marcaram na vida das provincias ultramarinas portuguesas uma data, cuja importancia poucos terão observado: a da visita a Moçambique do general Craveiro Lopes, como presidente da Republica em que continua mascarada a ditadura salazarista. Quer se queira ou não, o acontecimento não pode ficar ignorado. Com ele, está-se processando uma evolução economico-social numa profundidade até então nunca observada, uma evolução que será impossível compreender sem tomarmos nota, primeiro, da matilha policial que procedeu a viagem do chefe de estado imposto ao povo português (a qual invadiu por completo todos os territórios onde o "Sr. Presidente" apareceu em publico) e os fenomenos internos e intimos do acordar das populações nativas para o conhecimento dos seus tipos e seculares problemas. Com esse fenomeno inegavel, processando-se reflexivamente, mais como uma força de ascensão de dentro para fora, que o colonialismo já não consegue impedir, do que como uma fomentação mistificadora designada de subversiva cimentada-se uma consciencialização que o analfabetismo e o esmagamento missionario da personalidade africana não consegue já deter.

A propria destribilização, que o asfixiamento da intelligencia e das culturas negras não conseguiu destruir através da ocupação militar-policial e religiosa dos territórios portugueses de Africa, mas que tão profundos complexos de desnoctea-

mento provocou nas suas populações, aparece já como um fator de resistencia. As massas indígenas iniciaram um movimento de unidade e de procura de si mesmas, uma compreensão de nacionalidade que o colonialismo não podia comportar sem se destruir — e é dentro dessa base elemental dum conhecimento do panorama africano que teremos de compreender as viagens do general Craveiro Lopes, especie de caixeiro-viajante e dum processo de escravidão estadual indiscutivelmente em decomposição. Todos os festejos, todas as recepções entusiasmaticamente festivas com que tenha sido recebido, não conseguem já ascender esse profundo movimento. Pelo contrario: essas viagens são já consequencia directa dessa evolução, essencialmente social, e que se veio juntar o desenvolvimento economico desses territórios, ocasionador duma necessidade de independencia da metropole, até agora completamente dominadora.

Esse desenvolvimento, vindo não só da industrialização de Angola e Moçambique (mesmo tendo em conta quanto essa industrialização se tem procurado conservar exclusivamente para os capitais metropolitanos), do crescimento agro-pecuario e da consolidação agricola das massas indígenas (por mais que todas as reservas e subordinacoes lhe tenham sido impostas), ocasionou como que uma frente unica de interesses dos povos euro-africanos fixados nestas provincias, dando mesmo a origem á formação das condições indispensaveis

para o aparecimento da sua propria pequena burguesia, que tem no seu funcionalismo a principal fonte de crescimento. A mestiçagem resultante do encontro entre o português e o negro ergueu como que a ponte de união entre os dominadores e os dominados. Com essa integração ecologica e o aparecimento, por conseguinte, de camadas com poder economico cujos interesses se chocaram com os capitais dominantes impostos pela classe dirigente metropolitana — internacional servida pelo salazarismo, originou-se o sentimento nacionalista, a que as grandes massas indígenas podiam ficar indiferentes. Havia, por conseguinte, na impossibilidade de as destruir, que procurar-se uma distração, um falso campo de fuga para os seus anseios, onde os mesmo ficassem encerrados. Nada melhor, para isso, que a actualização do processo já applicado pelos dirigentes do imperialismo romano, quando da sua decomposição: pão e circo. O salazarismo, no entanto, substituiu o "pão" pelo seu presidente nominativo e as ferias pelo bando de policia, de modo que nem a propria invisibilidade do lar ficasse assegurada.

O entusiasmo das populações, tão proclamado pelas agencias de propaganda informativa, não passa, por conseguinte, dum dos eies da montagem estabelecida como um rede sobre a vida das colonias portuguesas, a qual é preciso afastar para termos um conhecimento exacto da realidade na Africa portuguesa.

SOEIRO PEREIRA GOMES

O caso do escritor português Joaquim Soeiro Pereira Gomes representa uma confirmação bem patente da possibilidade de o intelectual ser também um homem de ação.

Nascido em 1910, em Ges-taço, distrito do Porto, o es-criptor demonstrou, desde novo o maior interesse pelos pro-blemas, do povo portu-guês, interesse que concretizou fundando e dirigindo cursos de ginastica para trabalhadores, colaborando na organização de bibliotecas populares, reali-zando palestras e conferencias, no nível dos seus ouvintes, so-bre problemas da cultura.

Pouca gente sabe que o na-dador Baptista Pereira, figu-



ra de destaque do esporte portu-guês, vencedor em 1954, da famosa prova internacional Travessia da Mancha, teve graças a Soeiro Pereira Go-mes a primeira possibilidade de treinar numa piscina que este conseguia construir em Alhandra.

Como corolário intuitivo da dedicação ao seu povo sur-tiu a sua posição política, de luta activa e intransigente contra o regime de Salazar. Após as famosas greves da Alhandra, em 1944, um dos pontos mais altos do combate denodado do povo português a continuar a luta na clandestinidade, situação em que permaneceu até à sua morte, ve-rificada em 1949.

Do seu tacto político, do seu sentido de equilíbrio, dão con-ta os representantes das dife-rentes, correntes ideológicas de todos os sectores, que com ele privaram no breve período de frente unica possibilitado pela candidatura Norton de Matos, em 1948-49. Nessa oca-sião, representando um parti-do ilegal, situado numa posi-ção difícil, Pereira Gomes sou-be impor-se à consideração de todos, destacando-se pelo "seu estranhado amor por tudo quanto é nosso", nas palavras de alguém que com ele convi-veu na altura.

Na obra literária de Perei-ra Gomes, infelizmente limita-da devido às duras circumstan-cias em que se passou a sua vida, já de si tão curta, um aspecto toca, acima de todos, o nosso coração: a sua ternu-ra pela infancia.

Presente-se que a revolta que o levou ao combate con-tra uma sociedade mal organi-zada partiu exactamente do sofrimento causado à sua alma bem formada pela explo-ração desumana das crianças portuguesas obrigadas, desde a mais tenra idade, a trabalhar para comer.

E' este o leit motiv do ro-mance *Estêiros*, traduzido em francez, italiano, alemão, po-lonês, tcheco e russo, uma obra que ficará, na moderna litera-tura portuguesa, como um classico do amor à infancia desvalida e da compreensão dos seus problemas.

Neste livro, está todo o Pe-reira Gomes: em cada pagina

transparece uma indignação contida que é uma marca do seu coração. Testemunho é panfleto, *Estêiros* permanece sempre, no entanto uma obra de arte: a revolta do autor nunca lhe fez perder a paté-tica sobriedade.

Depois da sua morte foram publicados os livros *Eugrenagem* (romance) e *Refugio Per-dido* (contos e crónicas). Des-te ultimo estraimos à crónica *As crianças de minha rua*, bem característico do estilo de Pe-reira Gomes e da preocupação que tortela a sua obra.

AS CRIANÇAS DE MINHA RUA

As crianças de minha rua estiveram na praia — e vieram tristes. — Coitadinhas, têm saudades do mar — disse-me alguém, talvez a pensar no ultimo *libri* do seu ultimo veraneio de pessoa bem vivida.

Mas as crianças da minha rua não têm saudades. Só eu sei, porque estive na praia — e vieram tristes.

A minha rua é suja, esbura-cada, carcomida de veíchio. Não tem passeios porque ali ninguém passava, nem nome nas esquinas. Mas chamam-lhe a Rua de Detrás, certame-nte porque as casas, atar-racadas, ficam detrás de vi-vendas dominadoras, e a gente que nela mora anda sempre atrás nas passadas da Vida.

Rua de gente que trabalha. Em certas horas, é silenciosa e quieta; noutras movimentada e garrula. Tem fluxos e refluxos, como as águas do mar. As crianças da minha rua não conheciam o mar, mas adora-vam a rua.

Pelas tardes cálidas de verão os moradores vinham para a soleira das portas, e ali ficavam a tomar o ar, que é fresco e gratuito, e a costar as novidades velhinhas da sua vida sempre igual.

As crianças — umas raquiti-cas, outras semi-nuas — vinham também (agora já não vêm) espalhar-se em gru-

pos, a brincar. E então a rua convertia-se no mundo encanta-dor da sua imaginação. Havia buracos que eram precipícios; pedras que pareciam castel-os; montes de lixo conver-tidos em florestas. O mar era o fio de água que escorria pe-las valetas; os bocados de ma-deira flutuavam como barcos; os papéis rasgados transfor-mavam-se em peixes. Até a areia, que o vento arrastava aos montões, era removida com mil cuidados, nas latas enferrujadas...

Nada faltava às crianças da minha rua. Não: faltava-lhes lodo — dissera aquele senhor que tinha saudades do ultimo *libri*.

E, certo dia deste verão, as crianças de minha rua lá fo-ram para a praia, todas iguais nos seus cabelos de riscado, que mãos caridosas talharam em horas de contrição.

Instalaram-se num recanto da praia, sob olhares vigilan-tes. De manhã, tomavam ba-anho pela mão dos banheiros. — Um, dois... — a onda vinha — e três... Mal havia tempo para respirar. Depois secavam ao sol o fatinho de algodão azul, colado ao corpo enfeza-do, a tiritar. De tarde, volta-ram para o recanto, em filas, duas a duas, e ficavam a re-volver a areia, em grupos si-lenciosos.

Distante, no extremo da praia, outras crianças brinca-vam. Meninos que possuíam barcos de corda, peixes de bor-racha coloridos, baldes capri-chosos — um mundo de brin-quedos...

Chegaram há dias. Possuíam um mundo de fantasias, e ago-ra já não olham para o fio de água que escorre pelas valetas, e, nos montes de lixo, as latas e papéis velhos jazem aban-donados.

As crianças da minha rua estiveram na praia — e vieram tristes. Mas só eu e elas sabemos porque...

SONETO IMPERFEITO DA CAMINHADA PERFEITA

Já não há mordidas, nem ameaças, nem algemas que possam perturbar a nossa caminhada, em que os poetas são os próprios versos dos poemas; e onde cada poema é uma bandeira desfraldada.

Ninguém fala em parar ou regressar.

Ninguém teme as mordidas ou algemas.

— O braço que bater há-de cansar

e os poetas são os próprios versos dos poemas.

Versos brandos... Ninguém nos peça agora.

Eu já não me pertenco: Sou da Hora.

E não há mordidas nem ameaças nem algemas

que possam perturbar a nossa caminhada,

onde cada poema é uma bandeira desfraldada

e os poetas são os próprios versos dos poemas.

SIDONIO MURALHA

POESIA É ESCANDALO. E A SUA MUSA É A LIBERDADE

Entrevista do Poeta JOSÉ GOMES FERREIRA

Ao jornal "República", de Lisboa, o poeta José Marques Gomes Ferreira, autor dos 3 fa-mosos volumes "Poesia", conce-deu a entrevista que, com a de-vida venia, a seguir transcreve-mos:

— Concorda que há escreito-res e poetas, na verdadeira acepção da palavra?

— Recordo-me que, como co-mentário às considerações ex-pressas na referida entrevista, varios amigos me redarguíram: "Mas não faltam escritores! Não faltam poetas!". Todos con-tes, em ultima análise, por ainda existirem representantes dessa fauna, ás vezes tão inco-moda e tão agreste em vida, mas, ao cabo, indispensavel pa-rra enfeitar selectas e dar prazer e gloria aos que se interessam mais em fabricar "passado" do que entender o presente. Pois claro que há escritores! E ar-tistas! E poetas! E até — ima-ginem — grandes poetas. Um Afonso Duarte, um Régio, um Torga, um Casais Monteiro, um Carlos de Oliveira... Sem es-quecer — e a ordem por que os cito, não significa da minha parte qualquer valorização de preferencia — Antonio Navar-ro, Edmundo de Bettencurt, João José Cochofel, Saul Dias, Armindo Rodrigues, Manuel da Fonseca, Eugénio de Andrade, Jorge de Sena...

"Aliás não me consta que em qualquer época, por mais mus-gosa ou impropicia ás letras, faltassem alguma vez homens de talento. Ou até de genio. Surgem sempre, apesar de todos os obstaculos, e através de todas as contingencias. Mas não nos fludamos com fachadas. Uma coisa, é a existencia de uma série de nomes, outra coisa é uma verç, leira cultura, valida e viva, em que os escritores e o publico se completem numa fusão total de indispensabili-dade mutua. E essa não existe em Portugal, por mais voltas e reviravoltas que se dê ao pro-blema, em busca de uma sub-stitução illusória qualquer.

— Mas acha que o publico tem alguma quota parte de culpa?

— O divorcio entre os portu-gueses alfabetizados e os seus artistas, afigura-se-me quase total. Lê-se muito pouco, e as tiragens, salvo as excepções ex-ccetuses, diminuíram de tal

forma, que nem sequer me re-pugna aceitar, em principio, a possibilidade de um energume-no com arrojo se fazer passar por um grande poeta, publican-do livros de papel em branco com titulos sugestivos na capa!

— Será, no entanto, a nossa época propicia a poetas?

— Que maravilhoso tempo o nosso para inspirar poetas! Sob este aspecto reputo-o irrepeti-vel. Sobretudo o periodo de 1930 até o fim da segunda guer-ra, em que todos os temas eter-nos dos poetas se exareberam e tornaram presença viva e suor de colera: a morte, o amor, o heroismo, a miséria, o ódio, a bondade, a camara-dagem, as mãos dadas diante da catástrofe. Periodo tão ex-cepçional que até eu, que em boa verdade, talvez nascesse apenas para bordar imagens no "longe" e procurar "passa-ros mortos na floresta", senti de subito, outra voz mais áspe-ra na garganta. E então, du-rante anos, fechado por dentro, escrevi para os fantasmas da gaveta, a imaginar publico (re-curso salvador que recomendo aos poetas jovens), pois o outro, o de carne e osso, só me apa-receu de fato em 1948, na for-ma aristocrática de 500 leito-res admiráveis que, bem vistas as coisas, valem e valem, por milhões. Paciencia! Resta-me a consolação de ter vivido esse momento unico da historia do mundo, como talvez ninguém o vivesse assim, com tanto im-peto sonambulo, sozinho e aos tombos por essas ruas...

Mas pronto; passou. Agora, voltei aos passarinhos.

— Concluindo, Gomes Ferrei-ra, o que podemos esperar da nossa poesia?

— Tenhamos fé na experien-cia, adquirida através de lon-gos anos difíceis. A poesia não morrerá. Tem tais raizes de tradição autentica em Portugal, que os poetas, embora amargu-rados, desdenhados e amesqui-nhados não-de encontrar, gra-ças ao amparo dos 500 ou 600 leitores heroicos que se repetem e repetirão pelos tempos fora, maneira de não permitir que se apague essa chama eterna, gloria verdadeira da nossa pa-tria, da nossa querida "Terra Febrê", como lhe chamou Car-cetuse, diminuíram de tal

(Conclui na pag. anterior)

NOTA SOBRE O PINTOR CIPRIANO DOURADO



CIPRIANO DOURADO é um jovem pintor e desenhador português que, nascido numa aldeia perdida da Beira Baixa, filha de camponeses pobres, só muito tarde, quando em Lisboa exercia a profissão de aprendiz de litografo, tomou contacto com a Arte.

"Foi uma experiencia perturbadora, contra Lima de Freitas, que pôs um movimento todo um secreto maquinismo latente". Poucos anos depois, expôs no Salão de Inverno, de 1947 em Lisboa, onde obteve o 2.º Premio Roque Gameiro, de dois mil escudos. Com esse dinheiro, sem saber uma palavra de francês, partiu para Paris, onde permaneceu por três meses.

DOURADO é um dos jovens artistas portugueses com uma personalidade e um estilo mais bem vincados. "As massas que constroe, diz ainda Lima de Freitas, são rotundas, convexas, e ao mesmo tempo frementes de dinamismo. Estas qualidades e a procura constante de humanidade, fazem-nos acreditar com firmeza na poderosa contribuição que este artista dará a nossa arte, e na sua riqueza futura".

Portugal na Imprensa Estrangeira

ECOS

Damos hoje guarida a quatro cartas publicadas recentemente em Londres, em "The Economist", relativamente ao candente problema de Goa. "Caso" particularmente delicado, e não menos grave que o de Timor, essa tragica e vergonhosa pagina da nossa historia, escrita durante a ultima convulsão mundial e que mereceu ao saudoso poeta Afonso Lopes Vieira, a classificação de "caso" pessoal do sr. Presidente do Conselho", prof. dr. Antonio de Oliveira Salazar. "Portugal Democrático" que por diversas vezes tem focado o assunto goês, limita-se hoje a iniciar, nesta secção, a transcrição das ultimas cartas da polemica levantada em "The Economist", não sem deixar de chamar a atenção de seus leitores para a tristeza que para nós, portugueses, representa, verificar como é possível ventilar ampla e livremente em países estrangeiros, problemas que a Portugal tanto interessam, quando aos portugueses em sua propria terra tal possibilidade é vedada.

Por outro lado, gostaríamos ainda que reparassem no estilo da carta da srã. Silva que, pela clareza de exposição, e pelo tom exageradamente sóbrio, deixa transparecer, na nossa opinião, um alto funcionario diplomático, possivelmente o proprio Embaixador Teotónio Pereira que, como dizem os nossos hospedes brasileiros, "teria virado" senhora, forçado pelas necessidades da causa que defende.

Damos em seguida publicação às citadas cartas:

Londres, 16 de Junho de 1956
SENHOR:

Acêrca de Cachemira, você comenta em "THE ECONOMIST" de 9 de Junho a "legalística attitude ironicamente análoga à posição portuguesa em Goa". A attitude portuguesa relativamente à Goa não se confina ao mero campo legal. Existem muitas outras razões para que os portugueses permaneçam em Goa: histórica (os portugueses encontram-se ali acêrca de 500 anos); moral (Portugal não pôde negociar um povo que se considera português); religiosa (Goa é centro de cristandade onde metade da população é rigorosamente católica); racial (é conhecido o fato de não existirem preconceitos raciais em Goa e que os Goeses desfrutam da irrestrita nacionalidade portuguesa); política (Goa faz parte integrante da nação portuguesa); e, finalmente, razão de ordem cultural (os Goeses estão "occidentalizados" em sua maneira de viver e na União Indiana eles sentem-se estrangeiros). Mas v. tem razão: ficam assim à descoberto as duas faces do Senhor Nehru. Quando os Portugueses usam o argumento legal, o Sr. Nehru põem-no de lado; mas quando, por razões legais, pretendem para si Cachemira, ele deseja que todo o mundo o apoie.

Um último ponto. A pretensão Indiana a Goa existe há já 10 anos. Durante estes 10 anos nenhuma agitação se verificou em Goa, não tendo qualquer número relevante de Goeses, no exterior, manifestado desejo de aderir à Índia. Tem acontecido justamente o contrario. Não é já tempo do Sr. Nehru abandonar a sua ridícula pretensão? Errar é natural. Mas persistir no erro!

Atenciosamente

M. da Silva

Londres, 30 de Junho de 1956
SENHOR:

A Senhorita M. da Silva apresentou de forma persuasiva o caso português na sua carta de 16 de Junho. Contudo, o seu caso teria sido ainda mais persuasivo se ela pudesse responder satisfatoriamente às seguintes perguntas:

1) — Como pôde estar tão segura de que a maioria dos Goeses se considera portuguesa, desde que não existe liberdade de expressão em Goa, como aliás não existe na propria Metrópole?

2) — Existe alguma razão de força maior para que um Católico Goês deva permanecer sob a nacionalidade portuguesa, especialmente se considerarmos que os cristãos indianos desfrutam de todos os direitos que lhes confere uma nacionalidade sem restrições?

3) — Se os Goeses se consideram como estrangeiros na União Indiana, porque um tão grande número de Goeses ali estabelecidos?

Segundó a Senhorita da Silva o problema goês revela as duas faces do Senhor Nehru. Mas que dizer das duas faces do Dr. Salazar: uma, a do católico devoto, tentando o apoio da "supernacional" Igreja, no prosseguimento de suas pretensões territoriais; outra, a do ultra-nacionalista, procurando ignorar, até mesmo as mais brandas criticas dos meios chegados ao Vaticano, que o advertem contra a intransigencia portuguesa acêrca de Goa?

Atenciosamente,

George A. Floris

Londres, 21 de Julho de 1956.

SENHOR:

Gostaria de responder às três perguntas que o sr. George Floris me faz na carta publicada em 30 de Junho.

1) — O sr. Floris pretende não estar eu certa de que a maioria dos goeses se considera portuguesa, porquanto não existe liberdade em Goa, como aliás não existe em Portugal. Se aceitarmos este raciocínio, nem mesmo teremos a certeza de que os portugueses na Mãe Patria se considerem portugueses. Por outras palavras, quando um povo não está satisfeito com o seu governo, deve revoltar-se contra a sua nacionalidade. Presumo que o sr. Floris seja sub-ito britânico: se descontente com o governo atual, deve desejar, por essa razão, abandonar a nacionalidade britânica? Estou certa de que os goeses se consideram portugueses porque: a) — Durante 500 anos, jamais se verificou agitação ou tumultos em Goa; b) — contra a sua propria vontade, nem mesmo com poderosas forças militares se pode dominar completamente uma população (veja-se o caso de Chipre); em Goa nenhuma forças militares tem existido (excepto, evidentemente e por razões obvias, nos ultimos dois ou três anos) e, mesmo essas, apenas pouco e ligeiramente armadas; encontram-se, no exterior, centenas de milhares de goeses, inclusive na União Indiana, livres de qualquer pressão portuguesa e, não obstante, têm sido fiéis e devotados à Portugal, quasi a um homem.

2) — Os católicos goeses não desejam uma união com a Índia, principalmente por causa do sistema de castas na União Indiana e porque não desfrutam ali de uma plena liberdade de culto; basta ler as varias queixas feitas pelo Cardeal Indiano Gracian, Arcebispo de Bombaim, para compreender a opressão que

os católicos enfrentam na União

3) — O fato de goeses se haverem estabelecido anteriormente na Índia não significa, como insinua o sr. Floris, que eles se considerem indianos e não portugueses. Existe cerca de 1 milhão de portugueses no Brasil e 500 mil nos Estados Unidos. Quer o sr. Floris fazer-nos acreditar que aqueles portugueses se consideram brasileiros ou americanos?

Há em Londres mais de 1 milhão de portugueses, e posso asseverar ao sr. Floris que nem um só deles se considera inglês. Existem cerca de 3 mil ingleses em Portugal. Porque consideram-se portugueses?

Finalmente, posso afirmar que o dr. Salazar tem sempre mandado, não ser a disputa de Goa, religiosa, mas sim politica, e que jamais procurou obter o apoio da Igreja de Roma. O dr. Salazar não pretende ser a unica autoridade moral no Universo, ao contrario do sr. Nehru.

Atenciosamente

M. da Silva (Senhorita)
Bombaim, 11 de Agosto de 1956

SENHOR:

Desejo corrigir a exposição feita pela Senhorita M. da Silva em "The Economist" de 21 de Julho, pretendendo que "os católicos goeses não querem uma união com a Índia principalmente por causa do sistema de castas da União Indiana e porque eles (indianos ou goeses?) não desfrutam ali de uma plena liberdade de culto". Existe um defeituoso sistema de castas praticado pelos católicos goeses em sua vida social. Como seus antepassados eram Indus oriundos de diversas castas, o mesmo sistema de castas tem sido continuado entre os católicos goeses, existindo, até hoje entre eles, castas "Bhamans", "Sudit" e "Charod". "Bhamans" (cujo termo significa "membro da casta sacerdotal"), a mais categorizada (entre todas) não se consorciavam com os das castas mais baixas. Somente em maio deste ano um jovem católico goês altamente instruido e pertencente à casta dos "Bhamans", consorciou-se com uma jovem de casta inferior,

pelo que seus parentes praticamente sabotaram a cerimonia nupcial.

Quanto a alegação de que "eles (indianos?) não desfrutam de plena liberdade de culto" é completamente falsa. Sou católico, vivendo em Bombaim há já 24 anos e jamais sofri qualquer restrição à liberdade de culto. Existem mais Igrejas e Capelas catolicas na Cidade de Bombaim do que tempo Indus, existindo tambem um grande numero de Mesquitas para Muçulmanos. E esta liberdade de culto verifica-se por toda a parte da Índia como qualquer turista estrangeiro pode testemunhar. Em aldeias distantes perem-se ataques isolados à Igrejas ou cristãos por parte de uma seita fanatica — a RSS, ou Indus "Mahasabaites"; porem sempre que tal aconteceu as autoridades locais têm chamado à contas os incriminados e, após julgamento regular, os considerados culpados têm sido condenados a trabalhos violentos. Em segundo lugar, quando um deputado Indu apresentou no Parlamento um projeto de lei, reduzindo as conversões religiosas — as providencias propostas visaram mais diretamente as missões cristãs — o sr. Nehru opôs-se tenazmente à medida e o projeto foi rapidamente retirado. O governo e a maioria esmagadora dos Indus nada têm contra os cristãos, havendo o maximo cuidado em assegurar a liberdade de culto às minorias.

Apenas uma parcela fanatica continua fazendo propaganda contra os missionarios estrangeiros. O sr. Nehru tem condenado fortemente ambos, comunistas e comunialistas, quer no parlamento, quer fora. Portanto, os católicos goeses nada têm a recear a este respeito. Mas se nós, católicos goeses tivermos de enfrentar no futuro, não apenas vexames, mas até perseguições, às mãos de uma maior comunidade, isto é, depois do sr. Nehru? Não devemos vacilar em nossa lealdade ao país, e sim enfrentar a situação com coragem e fé, pois, "o espirito com que ELE nos presenteou não foge peranis o perigo".

Atenciosamente

P. ALVARES

VIDA ASSOCIATIVA

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTOS

A Portuguesa vive, inegavelmente, a fase mais brilhante de toda a sua já longa carreira. Depois de um período nebuloso em que teve a enfrentar uma atuação economico-financeira de suma gravidade e contornada através de uma orientação administrativa de alta visão, a Portuguesa entrou numa fase de magnificos empreendimentos, no campo Patrimonial, que a estão conduzindo para uma era de larga prosperidade.

As obras do Canindé, que continuam em franco desenvolvimento, repercutem de forma positiva no seio da colonia, de cujo apoio tanto se tem ressentido. Em decorrença disso, já se manifesta uma pronunciada tendencia na massa de portugueses de São Paulo no sentido de uma ampla colaboração com o clube, que tem de começar, necessariamente, com o aumento vertiginoso do seu quadro associativo.

A campanha dos mil socios patrimonial desenvolve-se satisfatoriamente e dos vinte mil socios contribuintes ca-

minha em boa velocidade, sendo de admitir-se que aquele numero seja alcançado em curto espaço de tempo. E uma vez isso conseguido, que os dirigentes da Portuguesa não parem e lancem a campanha dos cinquenta mil, de maneira a que o clube se torne definitivamente grande em todos os campos.

PAULO REZENDE



BANQUETE 5 DE OUTUBRO

Todos os anos, os republicanos portugueses residentes em São Paulo, comemoram com um banquete, a historica data da implantação da REPUBLICA EM PORTUGAL. A partir do dia 20 do corrente mês, aceita-se marcação de convites, através do TELEFONE 37-4681.

Protestando contra a decisão governamental de resolver pela força das armas a questão de Goa, em vez de entrar em negociações pacificas com o governo indiano, e deixar que se pronuncie a população goesa sobre seu proprio destino, o Regimento de Artilharia I, de Évora, registou um levantamento maciço ao ser pronunciada a sua convocação para a Índia.

O comando das forças americanas, estacionadas nos Açores, fez um convite ao ministro da Defesa Nacional, coronel Santos Costa, para ali visitar uma base.

O coronel Santos Costa aceitou o convite, e o povo português pergunta: Afinal, quem são os estrangeiros nos Açores?

A Shell, é a companhia inglesa monopolizadora da exploração dos petroleos angolanos. A Vacuum, é uma das diversas companhias americanas que exploram os petroleos moçambicanos. Entretanto, na metropole, a gasolina inglesa e americana é vendida a 45 escudos, o litro, o que corresponde no cambio livre a 11,50 cruzeiros.

O governo português cedeu a MODESTA quantia de 16 mil contos para a viagem do presidente Craveiro Lopes a Moçambique. Quantas escolas técnicas, de que o povo português tanto necessita, se construiriam com esta verba?

Segundo informação recente que recebemos de Abrantes o hospital dessa cidade, adotou uma modalidade nova de recolha de doentes: muitas das camas, em vez de uma, comportam dois pacientes.

Uma solução brilhante da assistência nacional.

Embora pareça incrível, as autoridades portuguesas perseguem os pequenos lavradores do norte, especialmente do Minho e Trás-os-Montes, que se dedicam à vinicultura com videiras americanas, as quais, alcançam uma extraordinaria produção de vinho. Fiscais, percorrem as terras e fazendas, arrancando e destruindo as citadas videiras.

Parece assim a incrível administração salazarista, subvencionada como está aos interesses ingleses e norte-americanos, (que lhe impedem a procura de novos mercados no oriente europeu), proteger os grandes viticultores do Ribatejo e Estremadura.

A carruagem presidencial, utilizada pelo General Craveiro Lopes em sua viagem a Moçambique, custou ao governo português a "modica quantia" de 3.000 contos.

Para resolver o "grave problema da produção excessiva de manteiga", segundo palavras do ministro de Economia foi decidido que os grandes produtores armazenassem e toneladas e toneladas do produto que, rançado, foi vendido às fabricas de sabão.